

Os conflitos socioambientais na APA do Maracanã em virtude da instalação de empreendimentos imobiliários do programa Minha Casa Minha Vida

Autora: Nadloyd da Conceição Pinheiro Moraes

email: nadyloide@hotmail.com

Instituição: Universidade Estadual do Maranhão

País: Brasil

RESUMO

As Unidades de Conservação (UC) são áreas protegidas pela Legislação Brasileira, especificamente pela Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que é o sistema legal e específico que rege a criação das Unidades de Conservação, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades. A Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000 também regulamentou a criação das Áreas de Proteção Ambiental (APA) que fazem parte do grupo das UCs. Refletir sobre os conflitos socioambientais urbanos decorrentes da expansão urbana sobre áreas de preservação ambiental; levantar os impactos causados pelos empreendimentos imobiliários na APA do Maracanã; identificar os diferentes usos que são realizados na APA pelos diferentes sujeitos. A metodologia consistiu em pesquisa empírica com visitas na área de proteção ambiental; entrevistas com moradores locais e a observação direta dos empreendimentos instalados e os impactos destes causados aos recursos naturais da APA. O Maracanã é um bairro da zona rural de São Luís, que se caracteriza pela diversidade de atrativos naturais, culturais e históricos. A APA do Maracanã foi criada através do Decreto Estadual nº 12.103 de outubro de 1991. A APA do Maracanã atualmente passa por um intenso processo de urbanização resultante do crescimento populacional em seu interior e no seu entorno. Há dois residenciais de casas já construídos na APA do Maracanã, o Residencial Amendoeiras e o Residencial Santo Antônio. Os recursos naturais na APA do Maracanã têm sofrido muitos impactos e estes se configuram em aumento da quantidade de lixo, poluição dos rios, queimadas, desmatamento na busca de mais espaço, periferização, impondo, cada vez mais, pessoas a viverem em condições desumanas, sérios problemas socioambientais tem se estabelecido na zona rural, onde vários povoados convivem permanentemente com a ameaça à reprodução de seu modo de vida, devido às condições existentes para a instauração de novos empreendimentos industriais e residenciais. A área de proteção ambiental do Maracanã é importante para a comunidade e por ser uma área protegida poderia ser evitada a depredação da flora, tais como as árvores frutíferas que tem importância para a economia local como os juçaraís, pois muitos moradores vivem da venda dos derivados desta fruta, além de manter uma agradável área natural para a prática de lazer e conseqüentemente, mais qualidade de vida, bem como conscientização da própria população e o engajamento em ações de preservação do meio ambiente.

Palavras-chave: Área de proteção ambiental; Área de proteção do Maracanã; Conflitos socioambientais.

ABSTRACT

Conservation Units (UC) are areas protected by Brazilian Law, specifically by Federal Law No. 9,985, of July 18, 2000, which creates the National System of Conservation Units, which is the legal and specific system governing the creation of Conservation Units, establishes criteria and norms for the creation, implementation and management of the Units. Federal Law No. 9,985 of July 18, 2000 also regulated the creation of Environmental Protection Areas (APAs) that are part of the PAs group. Reflect on the urban socio-environmental conflicts resulting from the urban expansion on areas of environmental preservation; to raise the impacts caused by real estate projects in the APA of Maracanã; to identify the different uses that are made in the APA by the different subjects. The methodology consisted of empirical research with visits in the area of environmental protection; interviews with local residents and the direct observation of the enterprises installed and the impacts of these caused to the natural resources of the APA. Maracanã is a neighborhood in the countryside of São Luís, characterized by the diversity of natural, cultural and historical attractions. The Maracanã APA was created through State Decree No. 12,103 of October 1991. The Maracanã APA is currently undergoing an intense urbanization process resulting from population growth in its interior and in its surroundings. There are two residential houses already built in the APA of Maracanã, the Residencial Amendoeiras and the Residencial Santo Antônio. The natural resources in the Maracanã APA have suffered many impacts and these are configured in increase of the amount of trash, pollution of the rivers, burnings, deforestation in the search of more space, peripheralization, imposing, more and more, people to live in inhumane conditions, serious socio-environmental problems have been established in the rural area, where several settlements live permanently with the threat to the reproduction of their way of life, due to the existing conditions for the establishment of new industrial and residential enterprises. The environmental protection area of Maracanã is important for the community and because it is a protected area could be avoided the depredation of the flora, such as the fruit trees that is important for the local economy like the juçals, since many residents live from the sale of the derivatives of this fruit, besides maintaining a pleasant natural area for the practice of leisure and consequently, more quality of life, as well as awareness of the own population and the commitment in actions of preservation of the environment.

Keywords: Environmental protection area; Maracanã protection area; Socio-environmental conflicts.

1. INTRODUÇÃO

O interesse pela temática iniciou-se na minha experiência com a Iniciação Científica, na qual durante dois anos estive envolvida nesta pesquisa, em contato com a área de proteção ambiental do Maracanã, com os moradores locais e uma observação direta dos empreendimentos instalados e os impactos provocados na área. A reflexão estabelecida nestes dois anos de pesquisa esteve voltada para a identificação dos impactos e conflitos socioambientais gerados pela implantação dos empreendimentos

imobiliários na APA assim como, à compreensão do crescimento urbano na área em virtude da implantação dos empreendimentos na região.

A área de proteção ambiental do Maracanã vem sofrendo um acelerado processo de expansão urbana através de diversos empreendimentos imobiliários, que tem se apropriado de áreas já ocupadas por famílias tradicionais, que possuem formas próprias de organização social, onde tanto o espaço quanto os recursos naturais são ocupados e usados como vínculo para sua reprodução cultural, social, religiosa e econômica, fazendo uso de conhecimentos e práticas motivados e transmitidos pela tradição de cada um. E esse processo de expansão imobiliária tem causado grandes impactos negativos de ordem ambiental e social na área, o que tem causado conflitos com os moradores mais antigos devido a mudança causada em seus modos de vida.

A identificação dos conflitos socioambientais presentes na APA do Maracanã foi possível a partir do levantamento do seu histórico de ocupação, através de publicações diversas acerca do tema, entrevistas com moradores mais antigos da área e agentes sociais envolvidos no processo de gestão da APA. Percebe-se a existência dos conflitos na APA de acordo com os relatos moradores do Maracanã durante as entrevistas concedidas sobre a atual situação da área. Assim, veremos em que medida há esses conflitos socioambientais na área de proteção ambiental do Maracanã a partir da perspectiva dos moradores mais antigos.

A pesquisa objetiva refletir sobre os conflitos socioambientais originados pela expansão urbana através dos empreendimentos imobiliários sobre a área de proteção ambiental do Maracanã; levantar os impactos causados pelos empreendimentos imobiliários na área; identificar os diferentes usos que são realizados na APA pelos diferentes sujeitos; identificar os sujeitos envolvidos nos conflitos gerados pelos diferentes usos e verificar as mudanças causadas na APA em virtude da instalação dos empreendimentos imobiliários na área.

No decorrer da pesquisa, foi possível identificar as mudanças nas formas de uso e ocupação do solo na APA do Maracanã, provocado pela construção de tantos empreendimentos de grande porte, o que tem trazido grandes prejuízos ambientais na área em questão. É perceptível que o “desenvolvimento” está a serviço do capital e não da população e o que era área de proteção vira propriedade particular. Os resultados obtidos fazem parte de uma pesquisa já concluída.

2. MARCO TEÓRICO

2.1 Áreas de proteção ambiental em áreas urbanas

As Unidades de Conservação constituem formas complexas de relações entre grupos sociais, território e ambiente, cujas estratégias podem acarretar possibilidades de resistência à destruição dos ecossistemas naturais ameaçados (Coelho, Guerra, 2012). Muitas dessas unidades têm sofrido um processo de urbanização intenso em seu espaço e isso tem prejudicado seus bens naturais, a exemplo da área de proteção ambiental do Maracanã.

Unidade de Conservação é entendida como *“um espaço territorial delimitado e seus componentes, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público para a proteção da natureza, com objetivos e limites definidos, sob regime de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”*. Podem ser criadas pelos governos Federal, Estadual ou Municipal segundo a própria necessidade e interesse em proteger um ou mais atributos ambientais de tal relevância, que diferencia a área das demais (BRASIL, 2000).

A Área de Proteção Ambiental (APA), categoria de Unidade de Conservação, foi instituída no Brasil pela Lei 6.902 de 27 de abril de 1981. O conceito de área de proteção ambiental, diz que ela é uma *“área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas”* (BRASIL, 2000).

A APA tem sua especificidade no fato de buscar conciliar o desenvolvimento econômico e social da área aliado à sua proteção ambiental. As terras permanecem sob o domínio público, sujeitas, porém, a restrições de uso do solo e dos bens naturais segundo os objetivos de proteção da área, através de ações de planejamento e gestão ambiental.

O tema estudado nesta pesquisa diz respeito aos conflitos socioambientais, abordando os impactos provenientes do processo de expansão urbana através dos empreendimentos do projeto federal Programa Minha Casa Minha Vida que foram instalados na área de proteção ambiental do Maracanã, que possui rica e importante biodiversidade e bens naturais. Neste sentido, verificaremos como um projeto urbano/imobiliário se insere em uma área de proteção ambiental modificando a sua forma de uso, assim como a reação dos moradores que vivem há muito tempo na APA

diante desse projeto, conhecendo as estratégias da comunidade no que se refere à preservação e à recuperação dos bens naturais.

É necessária a participação da comunidade com estratégias que promovam a conservação das reservas ambientais. Sob essa lógica, Bauman (2003) afirma que a participação é um processo gerador da interação entre diferentes atores sociais na definição do espaço comum e do destino coletivo.

Com as cidades se expandindo rapidamente, problemas relacionados aos impactos ambientais surgem, pois áreas de grande relevância ambiental são ocupadas, a exemplo da APA do Maracanã, que atualmente está passando por esse processo de urbanização e, com isso, tem os seus bens naturais degradados, como a poluição dos rios, dos solos, vegetação natural destruída, derrubadas e queimadas dos juçaraís, além das desigualdades socioespaciais decorrente da forma como os espaços da cidade são apropriados pelos diferentes segmentos sociais,

O que se percebe é que as pessoas estão mais interessadas em consumir a cidade do que pelo que acontece nela. Vainer (2000) apresenta a cidade sob a luz da ideologia de mercado, onde ela passa a ser tratada como cidade mercadoria, cidade empresa e cidade pátria, em que será evidenciada a imediata apropriação de interesses empresariais pela cidade. No entendimento desses modelos de cidades à luz do mercado, nota-se uma competição muito grande entre elas, competir entre si no preço, na qualidade dos serviços e na atração de força de trabalho qualificada. É necessário passar uma imagem positiva da cidade, com ofertas de infraestrutura e serviços para atrair investimentos de pessoas disponíveis a consumir.

Maricato (2013) ressalta que a cidade é um produto ou, em outras palavras, um grande negócio, especialmente para os capitais que embolsam, com sua produção e exploração, lucros, juros e rendas. Há uma disputa básica, como um pano de fundo, entre aqueles que querem dela melhores condições de vida e aqueles que visam apenas extrair ganhos. Ela acrescenta que a cidade constitui um grande patrimônio construído histórica e socialmente, mas sua apropriação é desigual e o nome do negócio é renda imobiliária ou localização, pois ela tem um preço devido a seus atributos.

As cidades se expandem cada vez mais rápido e não disponibilizam de infraestrutura necessária para a boa qualidade de vida da população, o que ocasiona o deslocamento de uma quantidade de pessoas de condições menos favorecidas a se instalar em áreas de proteção ambiental ou áreas consideradas de risco, o que vem causar desastres e degradação ambiental.

3. METODOLOGIA

Para a investigação do objeto e cumprimento dos objetivos, foi feita a pesquisa bibliográfica e documental, bem como, a coleta de dados na área de proteção ambiental do Maracanã e os órgãos responsáveis por ela. A pesquisa bibliográfica consistiu no levantamento de fontes que discutem a problemática em estudo, explorando autores, que estabelecem vínculo com a problemática em discussão, do campo sociológico e ambiental, que nos permitiram atrelar teoria e prática (Bourdieu, 1998), proporcionando assim que o objetivo da pesquisa seja alcançado.

A pesquisa de campo, por sua vez, consistiu em visitas à área de proteção ambiental do Maracanã onde foi possível realizar entrevistas com moradores mais antigos que conhecem a história do Maracanã, tanto antes de ter uma APA em seu espaço como depois da chegada dos empreendimentos e que, como moradores da região, foram afetados diretamente pelos impactos causados e envolvidos nos conflitos.

Esses sujeitos são narradores (Benjamin, 1994) que dividem suas experiências rememorando um Maracanã caracterizado pela ruralidade, pela rotina dos trabalhos na roça, das visitas aos igarapés, dos banhos nos rios, de suas atividades comerciais, na integração da comunidade nas festas.

Através da pesquisa de campo foi possível fazer uma observação direta dos empreendimentos instalados na área e identificar os impactos destes causados aos recursos naturais da APA, como, poluição e destruição dos rios, derrubadas dos juçaraís, cujo fruto faz parte da principal fonte de sustento de grande parte da população do Maracanã.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1 Área de proteção ambiental do Maracanã

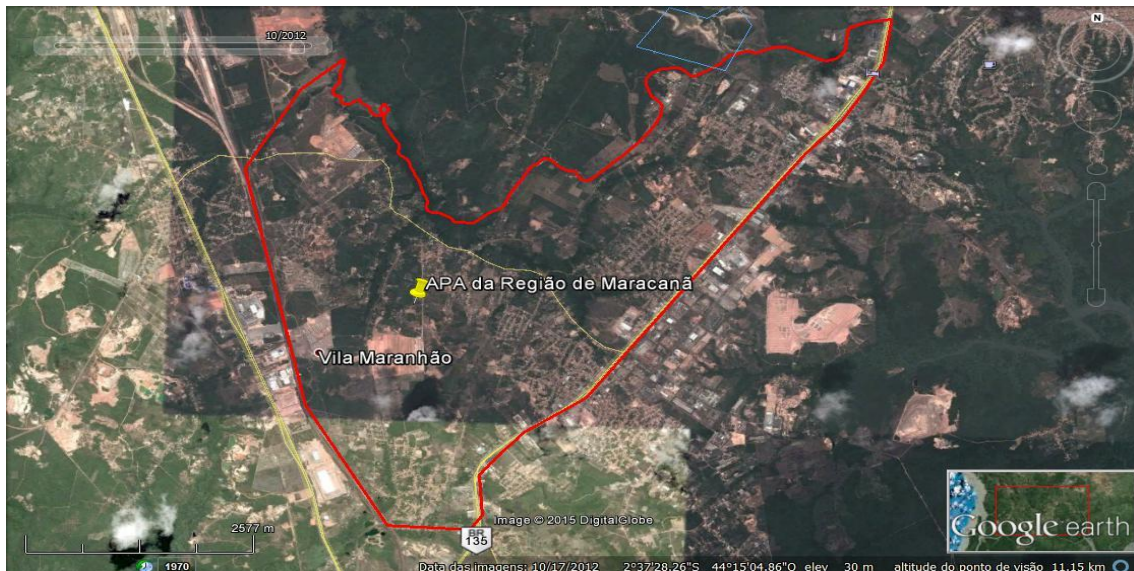
A Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000 regulamentou a criação das áreas de proteção ambiental que fazem parte do grupo das Unidades de Conservação. Essa Lei cria modelos que traçam a maneira como o homem deve ocupar determinados espaços territoriais sob um enfoque socioambiental (BRASIL, 2000). É esta Lei que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que é o sistema legal e específico que rege a criação das Unidades de Conservação, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades. As Unidades de

Conservação são criadas por ato do Poder Público e seu processo de criação inclui a participação popular, mediante consulta pública.

Segundo essa mesma Lei, cada APA possui instrumentos que orientam quanto aos seus usos, são eles: o Plano de Manejo e o Zoneamento do Plano de Manejo. O Plano de Manejo é um documento técnico onde se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais. Esse documento deve ser elaborado num prazo de cinco anos, a contar da data de criação da Unidade. Ele abrange não só a área da UC, mas também a zona de amortecimento e os corredores ecológicos (Brasil, 2000). O Zoneamento do Plano de Manejo é a definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz (BRASIL, 2000).

O recorte empírico realizado nesta pesquisa refletirá sobre os conflitos socioambientais causados pela instalação de empreendimentos imobiliários na APA do Maracanã que fica localizada no município de São Luís. A APA do Maracanã é formada pelos bairros do Maracanã, Vila Maranhão, Vila Sarney, Vila Esperança e Rio Grande.

Figura 01:Localização da Área de Proteção Ambiental do Maracanã



Fonte: Google Earth

A formação do povoado do Maracanã teve início entre 1875 e 1888, fazendo parte anteriormente do Distrito de São Joaquim do Bacanga. O acesso à área era feito

apenas através do povoado Furo, atualmente, Vila Maranhão, por um igarapé do rio Bacanga, utilizando canoas Lima (2000).

O Maracanã é um bairro da zona rural de São Luís e se caracteriza pela beleza de atrativos naturais, culturais e religiosos, com destaque para a variedade de bens naturais nela existente que é utilizada pelas famílias para o seu sustento, sendo o fruto da juçareira, o principal bem comercializado. Possui ricas expressões culturais, como bumba meu boi, manifestações religiosas de origem afro-brasileira, festejos de santos e a tradicional festa da juçara.

A APA do Maracanã foi criada através do Decreto Estadual nº 12.103 de outubro de 1991 pelo governo do Estado do Maranhão com o intuito de proteger o local da ação degradante do ser humano para com o meio ambiente. Considerando que a área proposta se encontra potencialmente sob ameaça de impactos ambientais que podem advir das empresas instaladas no Distrito Industrial da cidade de São Luís. O decreto de criação representa o primeiro instrumento normativo a ser utilizado na gestão de uma APA, considerando que nele estão contidas informações primordiais à conservação da mesma. A instituição pública responsável por sua gestão é a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais do Maranhão (SEMA).

4.2 Conflitos Socioambientais na APA do Maracanã

A APA do Maracanã está inserida na região da Amazônia Legal, possuindo fauna e flora bem diversificadas. Sua fauna é composta por espécies de aves como juritis, rolinhas, pipiras azuis, e peixes acará, traíra e piaba. Inserida na zona de mata de galeria, a flora é composta de várias espécies de árvores frutíferas, leguminosas e gramíneas, além de vegetação de várzea, dando destaque ao buriti e a juçara. A juçara possui importância muito grande para a comunidade do bairro, onde no mês de outubro realizam a tradicional Festa da Juçara no Parque da Juçara no Maracanã.

Como Unidade de Conservação ela tem como objetivos, proteger a biodiversidade, assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. A APA não possui entidade gestora nem instrumentos de gestão que possam orientar e disciplinar as atividades e ações da entidade gestora dessa Unidade. A situação da APA do Maracanã em relação ao alcance desses objetivos não tem conseguido uma efetividade, pois há a falta do Plano de Manejo, documento obrigatório e norteador das atividades gerenciais do território protegido. Sem o Plano de Manejo, há um verdadeiro descompasso entre os objetivos da APA e os instrumentos e ações que versam para o não comprometimento

da UC, frente à forte pressão exercida pela urbanização da Ilha do Maranhão, onde o município de São Luís está inserido. A partir da criação da UC, o artigo 27 do SNUC presume um prazo de cinco anos para a criação do plano de manejo, e esse prazo em relação à APA do Maracanã já venceu desde 1996.

A cidade de São Luís tem seu solo e habitação transformados em mercadoria onde a cada dia o seu consumo só aumenta o que contribui muito para a produção e reprodução do espaço já que a expansão urbana tem sido crescente nos últimos anos na cidade. Através de milhares de unidades habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida, o mercado imobiliário ocupa terras com disponibilidade em locais distantes, ressaltando que a ocupação de áreas de proteção ambiental acarreta em degradação dos recursos ambientais, dando origem a conflitos socioambientais tendo neste processo, vários sujeitos envolvidos, como, moradores, empresas e poder público.

Maricato (2013) menciona que de um lado está o interesse da população que ocupa essas áreas morando em pequenas casas onde investiram suas poucas economias, enquanto eram ignorados pelos poderes públicos. De outro lado, estão os interesses em torno da preservação e de recuperação de recursos naturais de uso coletivo como mananciais e corpos d'água. O crescimento populacional desordenado trouxe vários problemas relacionados à saúde, segurança, habitação, problemas esses que têm evoluído consideravelmente, à medida que a urbanização cresce.

Em determinadas áreas como é o caso da APA do Maracanã, que é uma área de preservação e contém várias nascentes, há um agressivo processo de destruição por parte das construtoras imobiliárias que vem implantando em seu interior, condomínios com milhares de casas construídas através do projeto federal Programa Minha Casa Minha Vida e na APA do Maracanã, a previsão de construção é de 6.700 habitações.

Há dois conjuntos de casas já construídos na APA do Maracanã, o Residencial Amendoeiras e o Residencial Santo Antônio. No total, 1,3 mil moradias são do Residencial Amendoeiras (Etapas 1, 2 e 3) e 720 do Residencial Santo Antônio. Foram mais de 6.000 famílias beneficiadas em dois anos, até dezembro/2015 foram entregues mais 4.876 habitações. Há dois ônibus de segunda a sexta para a comunidade. Aos sábados e domingos há apenas um ônibus que faz a viagem sem interrupções durante o dia.

Os residenciais Amendoeiras e Santo Antônio estão localizados dentro da APA do Maracanã. Através de sorteio do programa Minha Casa Minha Vida, a população de baixa renda adquire seu imóvel pagando mensalidades baixíssimas, no

caso desses empreendimentos, os moradores pagam R\$ 25,00 (mensal) pela casa. Em média, em dez anos as pessoas quitam o imóvel. Fazem parte dos compartimentos da casa, dois quartos, sala, cozinha, banheiro. Segue abaixo imagens dos dois residenciais:

Figura 02: Residencial Santo Antônio



Fonte: Nadloyd Moraes

Figura 03: Residencial Amendoeiras



Fonte: Nadloyd Moraes

Esses conjuntos residenciais são construídos com dinheiro público, mas por empresas privadas para pessoas de baixa renda e de renda muito baixas que moram em periferias urbanas, em razão dos valores mais acessíveis das casas e apartamentos, levando em conta que os serviços públicos oferecidos são custeados com os mesmos recursos como, por exemplo, luz, água, pavimentação e transporte.

Resolver esse problema significaria deslocar esses moradores para essas áreas, na medida em que a construção desses empreendimentos representariam o “desenvolvimento” da cidade. Isso significa fazer uma assepsia dessas áreas na medida em que são tidas como socialmente problemáticas pelo Poder Público, em função da situação socioeconômica dos moradores. À condição de pobreza dos moradores é associada à violência (Pedrazinni, 2006), servindo para reforçar os estigmas e as medidas eventualmente adotadas.

O que podemos ver é que embora ela seja uma área de proteção ambiental e assim, permitir o uso ordenado do solo aliado a utilização dos recursos naturais, a APA do Maracanã não tem o uso e ocupação do seu solo integrado de acordo ao que é proposto à uma UC de uso sustentável. As mudanças são provocadas no meio ambiente pelo aumento populacional, na medida em que é preciso mais infraestrutura pra atender

às necessidades desse número crescente de pessoas e na maioria das vezes, essas mudanças não seguem planejamento algum causando um “inchaço” nas cidades e impactos no meio ambiente.

. Os novos e antigos moradores reivindicam por mais serviços e que estes sejam prestados de forma à atender as suas necessidades que, em sua maioria não ocorrem. Por exemplo, nestes residenciais não há hospital, escola, saneamento básico, o transporte neste local é deficiente, dois ônibus em circulação durante a semana e um ônibus circulando no fim de semana. As pessoas em idade escolar precisam se deslocar para escolas bem distantes de seu local de moradia. Segundo relatos de moradores mais antigos da área, o grau de violência aumentou, muitas pessoas não tem emprego, não tem um meio de sustentar sua família e, acabam se inclinando ao mundo das drogas, alegando falta de oportunidades melhores para viverem.

As sociedades, no processo de sua reprodução, se confrontam com diferentes projetos de uso e significação de seus recursos ambientais. O uso destes é sujeito a conflitos entre distintos projetos, sentidos e fins, que podem ser entendidos como um problema de escassez quantitativa presente ou futura para os atores que disputam seu controle e para o restante da sociedade (Acselrad, 2004).

No caso das áreas protegidas, os conflitos socioambientais resultariam da disputa envolvendo diferentes agentes pela apropriação e uso de determinados espaços e recursos, protegidos pela legislação ambiental. Os agentes e grupos envolvidos no problema ambiental possuem diferentes interesses e representações de mundo, mais especificamente de meio ambiente (Acselrad, 2004).

Levando em consideração esse pensamento de Acselrad para o caso da APA do Maracanã, a representação de meio ambiente pode ser diferente para a comunidade, que vive há décadas no local e atribui sentimentos ao espaço; para a imobiliária, que talvez não considere o meio ambiente tão importante já que para construir, teve que destruir as nascentes dos rios e desmatar os juçaraís, para os moradores novos, que não tem uma representação de meio ambiente para o local; para o Poder Público, que através das instituições responsáveis dá autorização para a construção das casas, mesmo com todos os riscos, já que em área de proteção ambiental não poderia nem ter habitações, menos ainda um projeto deste porte.

A análise aqui proposta parte do princípio de que os conflitos socioambientais decorrem das diferentes formas de representação, apropriação e uso do meio ambiente. Trata-se de refletir sobre os conflitos socioambientais considerando a

maneira como a sociedade se produz e reproduz (Lefebvre, 1991). Os conflitos socioambientais na APA do Maracanã surgem a partir dos impactos causados à área. Vários povoados convivem permanentemente com a ameaça à reprodução de seu modo de vida, devido à instauração de novos empreendimentos industriais e residenciais. A APA do Maracanã aparentemente apresenta como os maiores impactos, a extração de pedras para construção civil, ocupação desordenada por várias construções, queimadas, desmatamentos em busca de mais espaço, poluição dos rios com a destruição também de suas nascentes, poluição, deposição de lixo tanto dentro quanto fora da área.

Figura 04: Juçaral das trilhas ecológicas

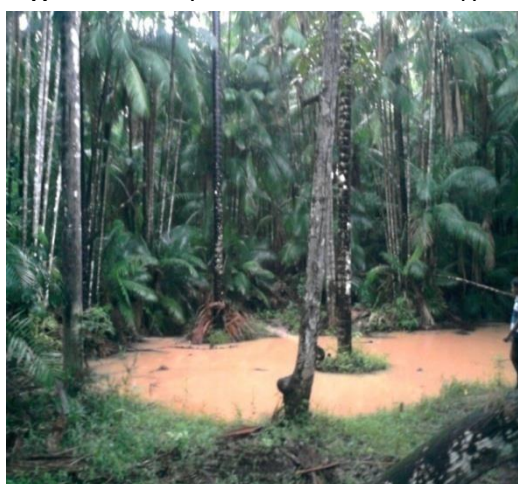


Figura 05: Queimadas



Fotos: Grupo de Pesquisa Cidade, Território e Meio Ambiente

Figura 06: Poluição/ Apa do Maracanã

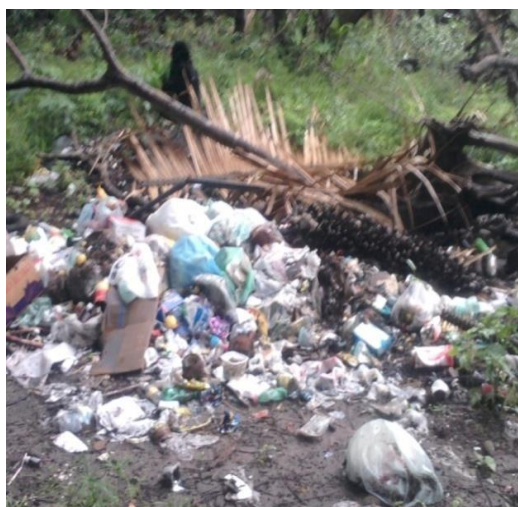


Figura 07: Rio poluído/ Apa do Maracanã



Fotos: Nadloyd Moraes

Condutas e atividades prejudiciais ao meio ambiente tornam-se cada vez mais presente e visível no cotidiano da área de proteção ambiental do Maracanã, exposta aos impactos e agressões, advindos principalmente da intensa concentração populacional e do contínuo processo de urbanização e industrialização.

A noção de conflito socioambiental abarca as tensões geradas não somente pela disputa no uso e apropriação dos recursos, mas também porque entram em confronto os diferentes significados atribuídos ao meio ambiente. Em outras palavras: os “conflitos socioambientais urbanos” são produtos de uma forma de se pensar e ordenar a cidade, portanto, não somente expressam as contradições, como também manifestam os embates pela apropriação e uso dos lugares na cidade (Lima, Shiraishi, 2015).

Diante de tudo isso, podemos relatar que a APA do Maracanã vem sofrendo muitas transformações no seu espaço e se estas modificações não forem controladas e planejadas, a tendência é que haja agravamento dos conflitos socioambientais existentes área de estudo. Fica evidente, como em todo espaço rural, que sem a intervenção de um planejamento eficaz e eficiente, a questão da segregação e exclusão socioespacial e os caminhos da degradação ambiental, tende a continuar crescendo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, podemos ver que a APA do Maracanã sofre diretamente os impactos da expansão das áreas urbanas, onde é envolvida a especulação imobiliária para a construção de empreendimentos residenciais e industriais. O resultado da expansão urbana através da instalação e estabelecimentos de habitações sem o devido cuidado com a natureza é preocupante, pois, atingem diretamente e de forma negativa o meio ambiente, devido a falta de controle do uso e ocupação do solo e uma infraestrutura que possui escassos investimentos.

Essas construções têm causado grandes mudanças no modo de vida que a população tinha com o local, o que vem gerando conflitos socioambientais pela forma como o meio ambiente tem sido tratado e o espaço onde vivem. Para Diegues (1996), estes conflitos têm origens nas bases com as quais foram criadas as primeiras áreas protegidas, já que estas tinham somente a característica de reserva de recursos. Eram desconsideradas as relações e, muitas vezes, a interação, entre as populações e o meio ambiente, mesmo as populações tidas como tradicionais.

Os conflitos estão cada vez mais presentes em lugares em que a desigualdade é a consequência dos processos de dinâmicas sociais e econômicas atuantes sobre os territórios e seus recursos naturais, bem como por uma ausência de políticas estatais efetivas. As diferentes práticas apresentadas na apropriação e uso da natureza que geram sua transformação são motivadoras dos conflitos, por defesa de seus territórios, de suas identidades e de seus recursos.

Estes conflitos podem, então, ser entendidos como os que ocorrem com grupos sociais que possuem diferentes interesses, modos de apropriação, utilização e significação do território, e, nesse contexto, um desses grupos tem ameaçada a continuidade das relações desenvolvidas em seu cotidiano, organizando-se coletivamente para protestar contra o fato que se instala e que prejudica todo o grupo.

Os moradores da APA do Maracanã tiveram suas vidas transformadas em virtude da chegada de grandes projetos voltados para a construção desses empreendimentos. Enquanto que, antigamente eles poderiam usufruir de todos os bens naturais existentes na área, atualmente correm o risco de perder o que resta desses bens, pois a cada dia, as imobiliárias ocupam os espaços disponíveis na área.

Os impactos são constantes e os conflitos que afetam esses grupos sociais e seus modos de vida em sua relação com os bens naturais estão cada vez mais presentes. A comunidade reage através de formação de grupos que se reúnem para tentar encontrar uma solução para os problemas que os afetam, gerando resistência e fazendo protestos contra a implantação de projetos que alteram o meio ambiente de forma negativa e sua forma de viver em um local em que cada um tem uma relação de afetividade e pertencimento.

6. REFERÊNCIAS

- Acelrad, H. (2004). As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. Em H. ACSELRAD, *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich.
- Acelrad, H. (2004). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Bauman, Z. (2003). *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Benjamin, W. (1994). O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *Mágia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- Bourdieu, P. (1998). Introdução a uma sociologia reflexiva. Em P. Bourdieu, *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BRASIL. (02 de setembro de 1981). Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. *Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá providências*.
- BRASIL. (18 de julho de 2000). Lei nº 9.985. *Publicada no Diário Oficial da União*.
- BRASIL. (18 de julho de 2000). Lei nº 9.985. *Regulamenta o art. 225 1º, inciso I, II, III, VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá providências*.
- Coelho, M. N., & Guerra, A. T. (2012). *Unidades de Conservação: Abordagens e características geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Diegues, A. C. (1996). *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec.
- Lefebvre, H. (1991). *O direito à Cidade*. São Paulo: Moraes.
- Lima, H. M. (2000). *Do papel aos brejos do Maracanã: estudo sobre as políticas públicas de ecoturismo na área de proteção ambiental do Maracanã*. São Luis: UFMA.
- Lima, R. M., & Neto, J. S. (2015). *Conflitos socioambientais: o direito ambiental como legitimador da atuação do estado no Jardim Icarai, Curitiba*. São Paulo: Ambiente & Sociedade.
- MARANHÃO. (01 de outubro de 1991). Decreto 12.103. *Cria, no Estado do Maranhão, a Área de Proteção Ambiental da região do Maracanã, com limites que especifica e dá outras providências*.
- MARANHÃO. (1991). Decreto Estadual nº 12.103. *Cria, no Estado do Maranhão a área de proteção ambiental da região do Maracanã, com limites que especifica e dá outras providências*.
- Maricato, E. (2013). É a questão urbana, estúpido. Em *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (pp. 19-26). São Paulo: Carta Maior e Boitempo.
- Pedrazzini, I. (2006). *A violência das Cidades*. Rio de Janeiro: Petrópolis.
- Vainer, C. B. (2000). *Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano*. Rio de Janeiro: Petrópolis.